

**CONVÊNIO**  
**E.R. JUCESP/ACIC-CAMPINAS**

**“ALTERAÇÃO AO ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATAS – COOPERATIVA DE  
TRABALHO DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DO TRANSPORTE  
COLETIVO DE CAMPINAS E REGIÃO”**

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO DE  
DURAÇÃO E ANO SOCIAL.**

**Art. 1º** Sob denominação de COOPERATAS Cooperativa de Trabalho dos Proprietários de Veículos do Transporte Coletivo de Campinas e Região, fundada em 09 de abril de 1999, sob a forma de sociedade civil de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, rege-se pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, pela legislação complementar e pelo presente Estatuto, tendo:

- I- Sede e administração na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Yves Montand, nº 30, Jardim Santa Letícia, CEP 13.054-047;
- II- Foro jurídico na comarca da cidade de Campinas, no estado de São Paulo, podendo, nos contratos que firmar com seus clientes, escolher qualquer outro foro, se assim lhe convier;
- III- Área de ação, para efeito de admissão de cooperado, circunscrita a todo o território Nacional, bem como a todo e qualquer País, desde que, necessário ao pleno cumprimento dos objetivos sociais;
- IV- Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro.

**CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS SOCIAIS**

**Art. 2º** A Cooperativa, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus cooperados, prestadores de serviço de transporte em caráter regular ou eventual, tem por objetivo:

- I- Congregação dos integrantes de múltiplas profissões no setor de transportes, para sua defesa econômica e social;
- II- Criação de condições para o exercício das atividades e aprimoramento da prestação de serviços dos associados;
- III- Desenvolver e coordenar a operação de serviços de transportes regular e

especial, prioritariamente nas seguintes atividades:

- a) Serviço regular de transportes urbano, intermunicipal e interestadual de passageiros;
- b) Serviço de fretamento de veículos para transportes especiais e diversos;
- c) Serviço de transporte de cargas;
- d) Confecção, gerenciamento e comercialização de bilhetes de passagem e assemelhados;

**Parágrafo 1º** Para a consecução de tais objetivos, a Cooperativa na medida das suas possibilidades, deverá:

- I- Fornecer condições de trabalho a seus cooperados;
- II- Incentivar e promover o intercâmbio entre as entidades e os profissionais ligados às áreas de atuação da cooperativa;
- III- Preservar e aprimorar a capacidade e responsabilidade técnico - profissional de seus cooperados;
- IV- Adotar marcas comerciais e registrá-las para os serviços a serem prestados por seu intermédio;
- V- Efetuar com instituições financeiras todas as operações de crédito e financiamento previstas em lei;
- VI- Fornecer aos cooperados insumos e bens de produção necessários às suas atividades, bem como, gêneros e artigos de uso pessoal e doméstico;
- VII- Estabelecer taxas em função dos serviços prestados aos seus cooperados, desde que aprovado em Assembleia Geral dos Cooperados.

**Parágrafo 2º** Poderá ainda, a Cooperativa:

- I- Abrir e manter postos, escritórios ou centros de atendimentos, depósitos, garagens e oficinas de manutenção dentro e fora de sua sede, julgados vantajosos para o cumprimento dos seus objetivos sociais;
- II- Adquirir na medida em que o interesse social a aconselhar, equipamentos, máquinas, ferramentas, peças e outros insumos destinados às atividades profissionais dos cooperados;
- III- Associar-se a outras cooperativas, Federações, Confederações de cooperativas ou a outras sociedades dentro dos limites da lei;
- IV- Estimular a instrução em geral e a educação cooperativista, em particular, aos cooperados.



**Art. 3º** Para a consecução das atividades enumeradas no artigo anterior, poderá a **COOPERATAS** participar de concorrência pública, firmar contratos, acordos, ajustes e convênios em nome dos seus cooperados, com entidades públicas e privadas, do país e do exterior, interessadas no trabalho eventual destes, organizando a execução do serviço, de forma atender às condições objeto dos ajustes.

**Parágrafo 1º** Nos contratos e convênios firmados, a **COOPERATAS** representará os cooperados coletivamente, agindo como sua mandatária.

**Parágrafo 2º** Seja qual for a natureza e a forma dos serviços prestados, a **COOPERATAS** observará o princípio da livre oportunidade de trabalho para todos os cooperados.

**Parágrafo 3º** Não existe vínculo empregatício entre a **COOPERATAS** e seus cooperados, nos termos do artigo 90 da Lei Federal 5.764/71, nem entre os cooperados e os tomadores de serviços conforme a Lei 8.949/94, que acrescenta Parágrafo Único ao art. 442 da CLT.

**Parágrafo 4º** A **COOPERATAS** efetuará suas operações sem qualquer objetivo de lucro.

**Parágrafo 5º** A critério do Conselho de Administração, a Cooperativa poderá valer-se da faculdade que lhe confere a Lei nº 5.764/71, no seu artigo 86.

### **CAPÍTULO III - DOS COOPERADOS**

**Art. 4º** O número de cooperados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo, entretanto, ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

**Art. 5º** Poderá ingressar na Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique às atividades profissionais direta e indiretamente ligadas aos objetivos definidos no artigo 2º, dentro da área de ação da sociedade, possa livremente dispor de si e de seus bens, seja inscrito junto ao **INSS** - Instituto Nacional do Seguro Social, concorde com as disposições deste Estatuto e das Normas Internas da Cooperativa e que não pratique outra atividade que possa colidir com os interesses e objetivos da entidade, e da seguinte forma:

- I- Para associar-se, o candidato, comprovada sua capacidade técnica - profissional, preencherá proposta constando explicitamente os termos do artigo 90 da Lei nº 5.764/71, fornecida pela Cooperativa e a assinará com outro cooperado proponente;
- II- Verificadas as declarações constantes da proposta e aceita esta pelo Conselho de Administração, o recém-admitido e o Presidente da Cooperativa assinarão a Ficha de Matrícula e emitir-se-á o respectivo Título Nominativo.
- III- A subscrição e a integralização das quotas-partes do capital pelo associado complementa a sua admissão na Cooperativa.

**Parágrafo Único** - Poderão se associar, também, pessoas jurídicas, inclusive outras sociedades cooperativas que tenham por objetivos as atividades econômicas correlatas à da Cooperativa, nos termos do artigo 6º, inciso I, da Lei 5.764/71. As pessoas jurídicas serão representadas por delegado especialmente designado, e terão voto unitário, independentemente de seus integrantes.

**Art. 6º** Cumprindo o que dispõe o artigo anterior, o cooperado adquire todos os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

**Parágrafo 1º** - Ao ingressar na Cooperativa, o associado concede à sociedade todos os poderes para descontar e recolher diretamente os tributos e encargos que decorram de sua atividade individual e eventual.

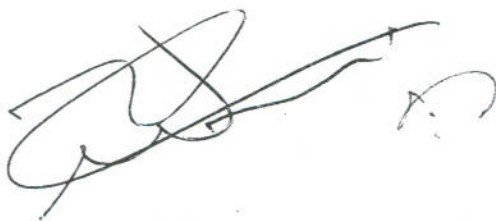
**Parágrafo 2º** - Fica impedido de votar e ser votado, na Assembleia Geral, o cooperado que:

- I- Tenha sido admitido depois de convocada a Assembleia Geral;
- II- Não tenha operado com a cooperativa, sob qualquer forma, durante o ano social anterior ao da Assembleia Geral;

**Parágrafo 3º** - O impedimento constante na inciso II, do parágrafo anterior, somente terá validade após notificação da cooperativa ao cooperado.

**Art. 7º** - O cooperado tem o direito de:

- I- Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos nelas tratados;
- II- Propor ao Conselho de Administração ou as Assembleias Gerais, medidas de





interesse da Cooperativa;

**III-** No caso das pessoas jurídicas, a faculdade contida neste inciso poderá ser exercida pelos seus delegados;

**IV-** Votar e ser votado para membro dos órgãos de administração ou de fiscalização da sociedade, salvo se tiver estabelecido relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que só readquirirá tais direitos após aprovação, pela Assembleia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego;

**V-** Demitir-se da sociedade quando lhe convier, mediante comunicação por escrito junto a Diretoria;

**VI-** Realizar com a Cooperativa as operações que constituem o seu objeto;

**VII-** Consultar, a qualquer tempo, quaisquer informações sobre os negócios da Cooperativa desde que solicitado por escrito ao Presidente do Conselho de Administração;

**VIII-** No mês que anteceder a realização da Assembleia Geral Ordinária, consultar, na sede da sociedade, os livros e peças do Balanço Geral.

**Art. 8º-** O cooperado tem o dever e a obrigação de:

**I-** Subscrever e realizar as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviços e encargos operacionais que forem estabelecidos;

**II-** Executar os serviços que lhe for concedido pela cooperativa e prestar a esta os esclarecimentos solicitados, conforme normas baixadas pelo Conselho Administrativo e que constituírem o Regimento Interno;

**III-** Cumprir disposições da Lei, do Estatuto e das Normas Internas da Cooperativa, respeitar resoluções regularmente tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembleias Gerais;

**IV-** Satisfazer, pontualmente, seus compromissos para com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente de sua vida societária e empresarial;

**V-** Concorrer com que lhe couber, na conformidade das disposições deste Estatuto, para cobertura das despesas da sociedade;

**VI-** Participar das perdas do exercício, se o fundo de reserva não for suficiente para cobri-las;

**VII-** Destinar à Cooperativa toda a capacidade de produção com ela comprometida;

**VIII-** Comunicar à Diretoria, previamente e por escrito, a interrupção temporária ou definitiva de suas atividades, indicando o motivo.

**Art. 9º-** Cada cooperado responde subsidiariamente pelas obrigações sociais

